

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

Natalício Pereira Lacerda, natalicio.lacerda@unemat.br

Eliane Alves da Silva, eliane.alves@ufrgs.br, eliane.alves.silva@unemat.br

Thatiana de Andrade Figueira, thatiana.figueira@unemat.br

Nilso Francio, nilso.francio@unemat.br

RESUMO

O presente estudo aborda o processo de ocupação territorial da região norte mato-grossense e suas influências no desenvolvimento dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. A escolha específica desses dois municípios como base de estudo deu-se em função das suas peculiaridades e pelo seu dinamismo econômico e os problemas gerados por esse processo. A ocupação da porção norte do território mato-grossense ocasionou um crescimento econômico e um desenvolvimento desproporcional, gerando vários impactos decorrentes do seu crescimento. Esse modelo de desenvolvimento econômico sem contrapartidas socioambientais sustentáveis, reflete apenas na preocupação do usufruto dos recursos, porém este não promoveu benefícios a grande parcela da sociedade.

Palavras Chaves: Ocupação, território, desenvolvimento, meio ambiente

ABSTRACT

The present study addresses the process of territorial occupation of the northern region of Mato Grosso and its influences on the development of the municipalities of Sinop and Lucas do Rio Verde. The specific choice of these two municipalities as the basis for study was due to their specific characteristics, their economic dynamism and the problems generated by this process. The occupation of the northern region of the Mato Grosso territory caused economic growth and disproportionate development, generating several impacts resulting from its growth. This model of economic development without sustainable socio-environmental counterparts only reflects the concern with the use of resources, but does not promote benefits to a large portion of society.

Keywords: Occupation, Territory, Development, Environment

1 INTRODUÇÃO

A forma de apropriação da Amazônia Legal, gera um debate nacional centrado na oposição entre dois modos contraditórios de conceber e utilizar a terra (SILVA et al., 2021). Segundo Celso Furtado (2001), o modelo de desenvolvimento proposto pelo capitalismo industrial é um prolongamento do mito do progresso, e devido a essa ideia de desenvolvimento é que se desviam as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade.

No período compreendido entre 1964 e 1985, a região amazônica sofreu o impacto do planejamento estratégico imposto pelo governo autoritário, e isso alterou as formas tradicionais de organização regional. Houve apropriação das terras livres, das relações sociais e dos interesses dos agentes sociais a partir de projetos políticos distintos. O Estado passou a coordenar a divisão inter-regional do trabalho, organizando o que considerava, impondo uma ordem espacial, vinculada a uma prática e concepção de

espaço e logística de interesse estratégico global (BECKER; MIRANDA; MACHADO, 1990; SILVA *et al.*, 2021).

Os programas desenvolvidos pelo Estado buscavam fortalecer uma forma de organização de fronteira, cooptando massas de população rural. Tal medida, reproduziu na região amazônica o padrão nacional da estrutura fundiária com forte concentração de terras (BECKER *et al.*, 1990). Isso se refletiu nos padrões atuais de desenvolvimento, pois segundo Abramovay (2018), a área plantada de soja na Amazônia Legal passou de 1,14 milhão de hectares na safra 2006-2007 a 4,5 milhões de hectares em 2016-2017. Isso corresponde a 13% da superfície que o Brasil dedica ao produto (RODRIGUES, 2018).

Portanto, surge a questão: Como ocorreu o processo de ocupação da Amazônia Legal? Para responder esse questionamento, este artigo optou por abordar a região norte mato-grossense e suas influências no desenvolvimento dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde.

Por meio de uma perspectiva teórica metodológica de inspiração marxista, imbricada ao materialismo histórico-dialético, foi identificado que o território urbano é comumente estruturado no binômio acumulação e miséria, ocasionados em razão dos incentivos do Estado ao capital industrial e da regulação imobiliária. Assim, o modelo de desenvolvimento econômico sem contrapartidas socioambientais sustentáveis, reflete apenas na preocupação do usufruto dos recursos, mas sem promover benefícios a grande parcela da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Meio Ambiente

As preocupações com o meio ambiente tornaram-se comuns, mas os problemas se configuram não só como ambientais, mas também sociológicos. Ocupações desordenadas foram sendo construídas ao longo do tempo, desencadeando diferentes tipos de conflitos nesse aparente consenso sobre o significado e a importância do meio ambiente e as relações entre a sociedade e a natureza.

Para compreender o tema é necessária uma reflexão sobre significado de natureza ou meio ambiente que não são tão naturais assim, Bourdieu (2000) define como o princípio do poder que se exerce nas relações sociais e conflitos em torno da problemática ambiental. O primeiro passo pode ser a compreensão de que o meio ambiente não é algo tão natural como muitas vezes se acredita. Ele é também obra do ser humano na sua percepção e representação, na sua observação e na sua ação.

A crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico. Desta maneira, inicia-se o debate teórico e político para valorizar a natureza (LEFF 2001, p.17).

Vincent (1995) lembra que o que se chama de meio ambiente é um sistema que inclui todas as coisas vivas e ainda o ar, a água e o solo que constituem seu hábitat e, portanto, a espécie humana é parte de uma estrutura complexa, diversificada e inter-relacionada da qual não se pode divorciar. O meio ambiente é o envolvimento, em uma complexa simbiose, entre todos os seres vivos e a natureza.

Para reverter esta tendência, é prudente substituir o paradigma da racionalidade que a fundamenta pela união do paradigma social (CAPRA 1996; SANTOS 1995) com o pensamento complexo (MORIN 1996); é indispensável convencer todos os envolvidos com a produção e com o consumo do ambiente construído da necessidade de se começar

a olhar o mundo e o ambiente construído com outros olhos; é necessário modificar a relação autoritária e desigual que caracteriza o processo de urbanização; é preciso substituir a prática da exploração capital-intensiva e seu “condicionamento implacável que destrói a beleza do meio ambiente em função da expansão de uma economia que manipula o ‘saber técnico’ e sua racionalidade compartimentalizada.” (CAPRA 1991: 170).

Reconhecer o meio ambiente como algo socialmente construído que as pessoas fazem parte é uma das maiores dificuldades. A primeira imagem que ocorre nas pessoas quando a expressão meio ambiente é pronunciada parece que está se refere aos elementos bióticos e abióticos excluindo o ser humano.

Neste conjunto, o processo educativo deverá ser crítico e emancipatório, assumindo sua dimensão política. Adquirindo em seu contexto um comprometimento com a transformação da realidade rumo a sustentabilidade socioambiental e percebendo o ambiente educativo como movimento, mas um movimento aderido ao da realidade socioambiental, onde se contextualiza. Essa adesão é que possibilita à intervenção educacional transformar a realidade socioambiental e isso se dá por uma práxis educativa (reflexão-ação), que potencializa a ação cidadã de sujeitos individuais e coletivos que resistem ao caminho único imposto pela racionalidade dominante. O que pode promover essa resistência capaz de transformar uma realidade, como uma força contra hegemônica, é o movimento coletivo conjunto, entendido não apenas como soma de indivíduos formando um coletivo ($1+1=2$), mas entendendo também que um indivíduo com (em interação) outro, constitui um conjunto em movimento que é gerador de sinergia (com $1>1$). Essa força de resistência significativa é que pode mudar o curso da história pelas práxis de sujeitos individuais e coletivos.

Na compreensão da sociedade moderna prevalece à concepção de que de grão em grão a galinha enche o papo; ou seja, $1+1=2$. Na perspectiva dialética (Marx) /dialógica (Freire) do pensamento complexo (Morin) é “tudo junto, ao mesmo tempo, agora”, em que na interação partes do todo em sua complexidade pode-se gerar sinergia.

A união entre meio ambiente e sociedade não é um processo que dependa exclusivamente do esforço ou mudança de valores individuais, uma vez que a construção de novos significados e comportamentos é resultado de complexas Inter-relações sociais nas quais não prevalece nem o indivíduo e nem a sociedade. As mudanças neste sentido dependem tanto de fatores objetivos como subjetivos.

Uma forma de buscar a integração desses ambientes entre os humanos e o ambiente ecológico, é por meio do processo educativo denominado de sensibilização. Esta causa rupturas na ordem estabelecida, e promovendo a reflexão crítica que se dá pela práxis segundo sentido Freireano, que implica na ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1992), aprendendo com a reflexão sobre os problemas decorrentes da relação entre homens e entre os homens e o meio. Nesta perspectiva dialética/dialógica de compreender o real, o indivíduo se transforma transformando a sociedade e, reciprocamente. Na sociedade em transformação, o indivíduo se transforma isso supera sem negar a ideia de que a sociedade é o resultado da soma de seus indivíduos, em que para transformá-la tem-se que primeiro transformar os indivíduos.

2.2 Desenvolvimento

Os termos desenvolvimento e crescimento são empregados, na maioria das vezes, como sinônimos. Entretanto, crescimento é indispensável ao processo de

desenvolvimento, mas não é a condição suficiente, uma vez que crescimento se refere aos aspectos quantitativos e desenvolvimento a melhorias qualitativas.

Por sua vez Furtado (2004: 484) afirma que:

“o crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Nesse caso desenvolvimento econômico implicaria distribuição. É impossível não ser simpático a essas proposições. Elas supõem que o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre com o aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural’.

O processo de desenvolvimento nos remete as considerações que envolvem as possíveis oportunidades de crescimento intelectual e econômico da população, não deixando, entretanto, a preocupação com as questões éticas, uma vez que a exaustão dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente representam ameaças à sobrevivência do próprio ser humano.

A presença de duas estratégias de desenvolvimento regional, marcaram as propostas apresentadas para promoção do desenvolvimento econômico da Amazônia, nos últimos 30 anos. O modelo de polos de crescimento econômico e complexos industriais irradiadores de efeitos multiplicadores nas cadeias produtivas locais, prevê a atuação do Estado de modo direto por meio de renúncia fiscal, financiamentos e subsídios.

Enquanto, o modelo baseado em eixos estruturadores de desenvolvimento baseia-se na eficiência das dinâmicas de mercado, cabendo ao Estado o papel de eliminar os gargalos de crescimento da economia e a função de regulação. Em ambas as estratégias assumidas para a região Amazônica, pouco foi considerado a realidade histórica local para que se pudesse desenvolver um projeto conjunto com as populações diretamente afetadas. O que resultou desses modos de ocupação, foram problemas sociais e ambientais, que estão aumentando a devastação da floresta e provocando concentração espacial e econômica e consequente a exclusão.

Geralmente se usa essa distinção de forma normativa para distinguir o desenvolvimento econômico que seria ‘bom’, do crescimento que seria concentrador de renda ou adverso ao meio ambiente. Ora, há um número imenso de casos de processos reconhecidamente de desenvolvimento econômico nos quais há crescimento da renda per capita, da produtividade, dos salários e dos padrões de vida, mas acompanhado de substancial concentração de renda e por desrespeito à natureza.

Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou:

Que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura.

Schumpeter usou a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

É verdade que podem existir circunstâncias nas quais o crescimento da renda per capita não envolva essas transformações e não configurem, portanto, desenvolvimento

econômico. É o caso de países cuja renda per capita cresce devido à exploração de um recurso natural de que esse país é muito bem-dotado, mas não há transformações estruturais na economia. Em condições normais, o crescimento da renda per capita implica mudanças estruturais na economia e na sociedade.

Para muitos economistas não-ortodoxos a identificação do desenvolvimento econômico com crescimento seria ideológica: ela ocultaria o fato de o desenvolvimento econômico implicar melhor distribuição de renda enquanto que crescimento, não. Amartya Sen (2010), cujo nome está ligado à formulação do Índice de Desenvolvimento Humano, é talvez o mais radical nessa matéria: para ele desenvolvimento econômico implica expansão das capacidades humanas ou aumento da liberdade.

Celso Furtado (2004, p. 484), por sua vez, afirma que o “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”.

Nesse caso desenvolvimento econômico implicaria distribuição. É impossível não ser simpático a essas proposições. Elas supõem que o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre com o aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural’. Existe, entretanto, aqui, uma clara confusão de desenvolvimento econômico enquanto fenômeno histórico com desenvolvimento enquanto algo que normativamente aspiramos. Desenvolvimento sem adjetivos ou desenvolvimento humano seria o gênero que incluiria as espécies: econômico, social, político e ambiental. E seria também o desenvolvimento entendido normativamente.

De acordo com Montibeller Filho (2001), a construção do novo conceito parte da crítica à visão economicista e ao desenvolvimentismo, denunciando-os como reducionismo econômico e como responsáveis pela geração dos problemas sociais e ambientais. O codesenvolvimento põe-se como resposta à crise da ciência, até então estabelecida, nas abordagens de fenômenos sociais que se complexificaram com o advento dessas questões. Sem embargo, na ciência, o conceito em pauta, que veio a se constituir em novo paradigma ou padrão normativo, difunde-se em resposta aos limites das abordagens que não mais conseguem dar conta de compreender a realidade complexa e mutante, composta de fenômenos sociais que não tomavam lugar ativo no pensamento científico, tais como a exclusão social e a questão ambiental.

Às novas concepções sobre o desenvolvimento e às implicações destas, especialmente no tocante às relações dos homens entre si e a natureza, sejam consideradas não apenas no caso dos países em desenvolvimento, mas sejam pensadas em um contexto global.

Uma das principais distinções entre o mundo desenvolvido e o não desenvolvido diz respeito exatamente à associação entre as formas de apropriação e exploração dos recursos não reprodutíveis e as implicações disto para a distribuição da renda e riqueza social, bem como para um uso menos predatório de tais recursos. Reconhece-se que as atividades agropecuárias têm especificidades que demandam a criação e a sustentação de políticas que regulam as relações entre o capital, o trabalho (recursos reprodutíveis) e a terra, exatamente porque esta é o principal recurso não renovável na escala temporal humana.

Segundo Becker (2001 p. 158):

O desenvolvimento capitalista (busca de expansão constante do capital), o capital ambiental (recursos naturais) é dilapidado como se ele fosse eterno (infinito). Desse modo, a degradação ambiental é uma consequência do tipo de desenvolvimento que traz consigo a insustentabilidade ecológica, a desigualdade e a injustiça social. Assim, os problemas ambientais que enfrentamos hoje decorrem tanto da falta de desenvolvimento quanto de resultados inesperados de certas formas de crescimento econômico.

Percebe-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas têm privilegiado o crescimento econômico a curto prazo, às custas dos recursos naturais vitais, provocando verdadeira crise ambiental em escala mundial. A paisagem natural está cada vez mais ameaçada, principalmente pelo indiscriminado uso de recursos naturais não renováveis. Por isso, em todo o mundo, o lençol freático se contamina, a área florestal diminui, os desertos se multiplicam, o clima sofre profundas alterações, a camada de ozônio se depaupera, o ar se torna irrespirável, o patrimônio genético se degrada, abreviando os anos que o homem tem para viver sobre o planeta. Afinal, ao contrário do que ocorre no funcionamento do desenvolvimento capitalista (busca de expansão constante do capital), o capital ambiental (recursos naturais) é dilapidado como se ele fosse eterno (infinito). Desse modo, a destruição dos ecossistemas é uma consequência do tipo de desenvolvimento que traz consigo a insustentabilidade ecológica, a desigualdade e a injustiça social. Assim, os problemas ambientais que enfrentamos hoje decorrem tanto da falta de desenvolvimento quanto de resultados inesperados de certas formas de crescimento econômico (BECKER, 2001).

Camargo (2003, p. 29) evidencia que:

O desenvolvimento é um conceito que está tão incutido no pensamento ocidental que é tomado quase como uma lei da natureza. O desenvolvimento tradicional usa os recursos humanos, os recursos financeiros, a infraestrutura e os recursos naturais, comprometido com a ideia de lucro gerador do progresso. Faz crescer a produção na certeza de que isso trará o bem-estar coletivo. O desenvolvimento que conhecemos, no entanto, é questionável, uma vez que atende às necessidades humanas apenas de forma parcial e ainda destrói ou degenera sua base de recursos. Também é discutível se o processo produtivo estaria primordialmente e realmente interessado no bem-estar coletivo.

Relembrando que o modelo de desenvolvimento (economicista), iniciado por Getúlio Vargas (1930) que buscava a integração de novas áreas e a ampliação de mercado nacional, ganhou força a partir da segunda metade do século XX, com o regime militar que incluiu o espaço norte Mato-grossense neste processo.

Esquecido durante mais de quatro séculos, o espaço norte Mato-grossense só teve sua economia inserida no contexto nacional na década de 1960, quando o governo federal, com o intuito de desenvolver e assegurar a posse do território nacional, estabeleceu políticas para a região. Sua ocupação, inicialmente, caracterizou-se como expansão da fronteira agrícola, impulsionada por frentes camponesas espontâneas e dirigidas oriundas do Nordeste e Sul do Brasil. Essa operação caracterizou-se pela presença efetiva do Estado, através da SUDECO E SUDAM e BASA. A ocupação dirigida pelo Estado nas palavras de Becker (1997, p.16)

A colonização foi uma estratégia que retira o controle da terra dos governos estaduais para o governo central; é estendida como capaz de solucionar os conflitos sociais absorvendo produtores sem terra, povoar a fronteira inclusive em locais estratégicos e ao mesmo tempo criar bacias de mão-de-obra local.

Se os objetivos estratégicos de ocupação são em parte alcançados, o controle certamente não, acentuando os conflitos.

As ações durante o período militar visavam à geração de superávits comerciais, priorizando a agricultura em grande escala, voltada para a exportação, ao mesmo tempo hesitava em acreditar na capacidade da agricultura familiar desencadear o processo de desenvolvimento regional. Este se explica no direcionamento das políticas públicas sucessivas como o Programa de Integração Nacional (PIN) Polonoroeste, Polamazônia, Proterra, Pladesco, Promat e outros citados anteriormente.

Como elucidado Diegues (1999) o processo de ocupação do espaço se constituiu da seguinte forma: A fim de ocupar a região, o governo estimulou a chegada de camponeses sem terra do nordeste e do sul. Centenas de milhares de colonos de áreas temperadas foram atraídos para a região amazônica sem o conhecimento de práticas agrícolas adequadas a um ambiente de floresta tropical. Parte destes novos colonos chegou espontaneamente, atraídos pela propaganda de terras baratas, e parte chegou à região através de assentamentos organizados, como foi o caso do estado de Rondônia e Mato Grosso. Grande parte desses assentamentos fracassaram devido a baixa fertilidade da terra, a carência de serviços básicos (comercialização, extensão rural e infraestrutura) e condições ecológicas, culturais e políticas distintas.

Reafirmando com Passos (1998, p.58) que a colonização agrícola representou: [...] "para os capitalistas, a possibilidade de enriquecimento pela aquisição de grandes extensões de terras e, para os mais pobres, um meio de sobrevivência".

Com a ocupação seja ela pela agropecuária exportadora ou a exploração mineral e o fracasso de muitos e o sucesso de poucos esses espaços foram se transformando em cidades com características e vocações diferentes determinadas inicialmente pelo INCRA e encontrando-se em constante mutação com dinâmicas próprias.

De acordo com Becker (1997), a urbanização antes mesmo de uma produção agrícola e industrial na fronteira é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional: sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. Isso porque os núcleos urbanos desempenham papel fundamental na ocupação, atraindo fluxos migratórios, organizando o mercado de trabalho e o controle social. Além disso, essa área da fronteira agrícola já nasceu urbana, ou seja, está fundamentada na criação de núcleos urbanos e constantemente em transformação.

Neste contexto que Haesbaert (2004) conceitua essa transformação em desterritorialização como simplesmente a outra face, ou seja, com aspectos diferentes da construção de territórios. Seguindo este raciocínio, não haveria desterritorialização, apenas pelo fato de que ela é o "outro lado" da territorialização, seu "outro" dialeticamente conjugado. O que surge não é o domínio de um segundo elemento - a desterritorialização sobre a territorialização, este não exclui os elementos anteriores, mas a afirmação de um terceiro, que se pode denominar multiterritorialidade ou, para manter a coerência e fortalecer a idéia de processo, de permanente movimento e transformação, "multiterritorialização". Talvez possa-se afirmar que ela é a síntese mais bem elaborada, de um processo que representa a territorialização através da própria desterritorialização.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A perspectiva teórica metodológica adotada nesta pesquisa segue a corrente de pensamento de inspiração marxista, imbricada ao materialismo histórico dialético. O

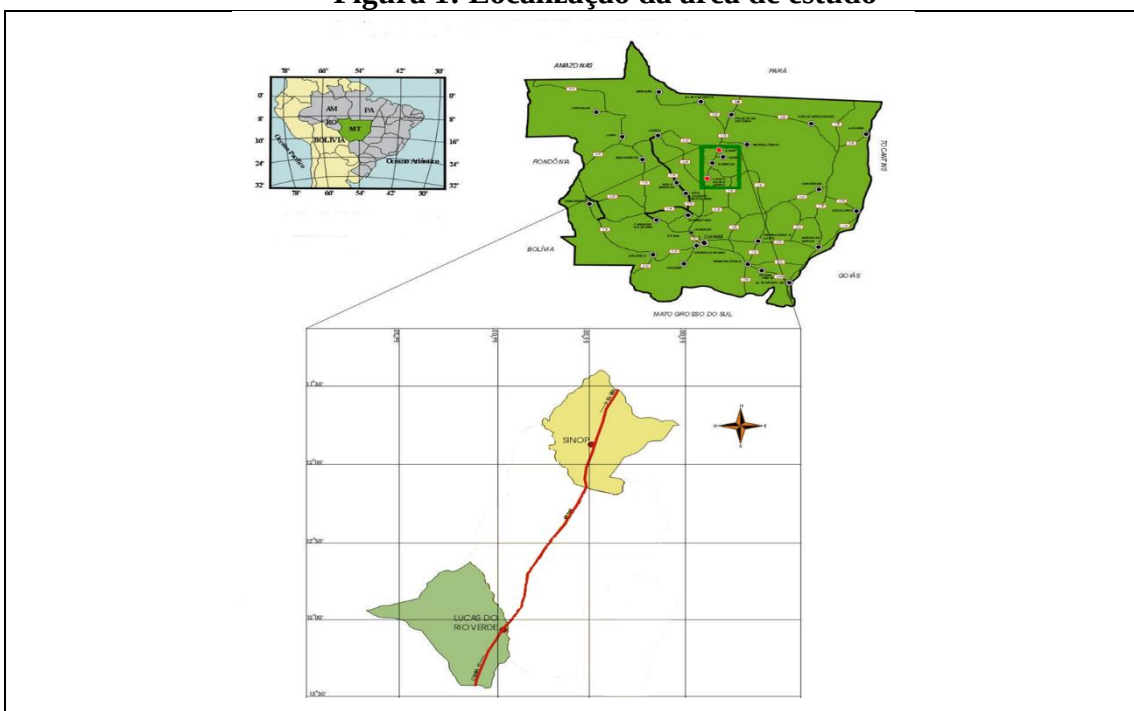
estudo partiu do espaço ocupado e as relações de produção capitalistas, fundamentada na propriedade privada, que dividem o espaço, convertendo-o em mercadoria, percebe-se com essa abordagem teórica poderá fundamentar o trabalho de pesquisa em sua forma qualitativa, imprimindo-lhe algumas características próprias. Para isso, foram utilizados os seguintes métodos e técnicas de pesquisa: A bibliográfica que foi feita em documentos

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde os tiveram um processo de ocupação abreviado por meio políticas públicas governamentais denominadas de “top dow”¹ em nível federal e estadual considerando essas áreas como um ecúmeno demográfico, porém nesses locais já habitavam os indígenas como os da nação Kaiabi que viviam em simbiose com os seringueiros, que desde do início do século já transitavam por essas áreas em busca do látex, com a abertura de estradas como a rodovia BR 163 esse processo foi acelerado com vinda das colonizadoras, posseiros e grileiros em busca de um eldorado contemporâneo. Do ponto de vista econômico, os objetivos foram alcançados, porém ainda perduram questões irresolutas nas áreas socioambientais.

A região teve um crescimento demográfico acentuado nos últimos 10 anos devido ao dinamismo e a diversificação de sua economia, esse fato contribuiu para significativas mudanças nas dinâmicas populacionais, além de gerar uma série de conflitos de uso e ocupação do solo. A Figura 1 mostra a localização dos municípios aqui abordados.

Figura 1: Localização da área de estudo



1 Decisões Top Dow decisões tomadas de cima para baixo sem analisar os critérios socioambientais dessas áreas tomando apenas como critério a questão econômica. No processo de análise, discussões e implementação das políticas públicas foram para fora utilizado o modelo "garbage can" demonstrando assim um contínuo do processo instaurado no estado novo e regime militar denominado de estruturalista marxista.

Fonte: Garcia 2000 adaptada pelo autor.

Ao observar esta conjuntura deve-se relembrar que os municípios tiveram sua reterritorialização e seu desenvolvimento econômico conectados com a rodovia BR 163 iniciada em 1971 foi inaugurada em 1976, pelo então Presidente da República, General Ernesto Geisel. O trecho de 500 quilômetros asfaltado, entre a capital Cuiabá o município Sinop foi reinaugurado em 1984, pelo Presidente da República, General João B. Figueiredo (1979-1984). A construção da BR-163 facilitou as migrações, possibilitou as instalações humanas e estimulou o desenvolvimento econômico através da possibilidade do escoamento da produção agrícola e pecuária. O asfaltamento no estado de Mato Grosso até Miritituba/PA foram concluídos em 2019, conforme observado na Figura 2.

Figura 2: Rodovia BR 163



Fonte: DNIT, 2013

Em 2018, houve o redirecionamento dos fluxos para o norte, visto que esta logística permite o barateamento dos custos. O frete da soja escoada pelo porto de Santarém (PA) ou Itacoatiara (AM) é diminuído em relação ao de Santos ou Paranaguá em até US\$ 90 milhões, além de economia de 5 dias no tempo de viagem até o destino final, os portos de Roterdã ou Shangai, incidindo na economia de combustível. Daí resulta uma pressão para o termino asfaltamento da BR 163 o que tornará o porto de Santarém mais acessível. Mas não só a rodovia é cogitada; a hidrovía do Tapajós também é abarcada pela logística na área, visto que a do Madeira já está concretizada. Para compreender essa situação, o Quadro 1 mostra a evolução da produção de soja entre 2017 e 2022.

Quadro 1. Estimativa de produção soja safra 2022/2023 em toneladas

Regiões do Imea	Produção 17/18	Produção 18/19	Produção 19/20	Produção 20/21	Produção 21/22	Produção 22/23 ¹	
						nov/22	dez/22
Centro-Sul	2.485.952	2.383.543	2.592.443	2.720.608	3.003.548	3.377.603	3.304.439
Médio-Norte	11.205.786	10.856.069	11.867.712	11.470.366	11.800.362	12.191.522	12.159.254
Nordeste	5.384.911	5.553.049	6.182.236	6.589.714	7.655.079	7.603.551	7.524.765
Noroeste	2.148.284	2.185.693	2.351.837	2.418.129	2.996.165	2.959.546	3.014.153

Norte	1.196.315	1.286.023	1.524.837	1.751.271	2.398.563	2.754.895	2.758.851
Oeste	3.643.842	3.526.495	3.853.045	3.851.583	4.543.198	4.657.926	4.560.566
Sudeste	6.585.335	6.519.204	7.031.396	7.250.003	8.455.995	8.270.668	8.138.383
Mato Grosso	32.650.425	32.310.076	35.403.507	36.051.673	40.852.911	41.815.711	41.460.411

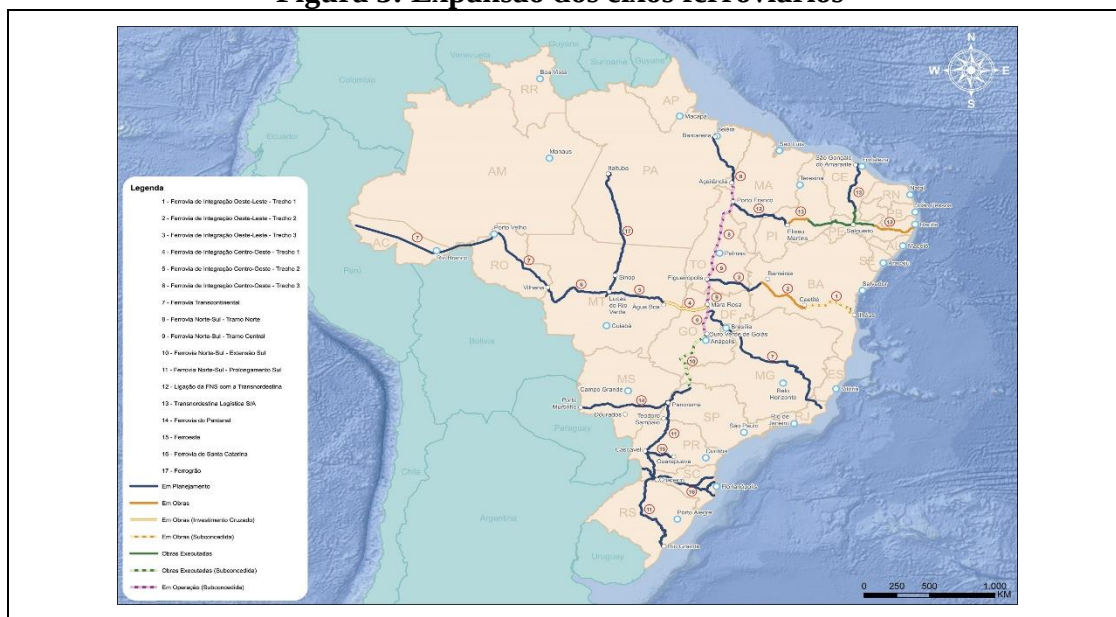
Fonte: Instituto Mato-grossense de Pesquisa de Economia Agropecuária (IMEA)/. 2022.

*Unidade: toneladas

O Brasil é um país muito dependente do modal rodoviário. Esta frase é de conhecimento geral para muitos brasileiros e uma realidade histórica para aqueles que trabalham no setor logístico. Ano após ano nos deparamos com esta dependência, esperando que uma mudança ocorra e que passemos a utilizar em maior escala modais mais baratos e eficazes. Nesta direção, o governo federal tem buscado avançar com medidas como a aprovação recente do Programa de Incentivo à Cabotagem (BR do Mar), com a Medida Provisória 945 que simplifica o arrendamento de terminais portuários e com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que tem trazido investimentos privados para a infraestrutura logística. Porém, tais medidas necessitam de tempo para alterar o panorama de movimentação de cargas e, pelo que observamos na Matriz de Transportes de 2019, a realidade ainda retrata a tal dependência histórica.

Em 2021, o Brasil movimentou 64,3% de suas cargas através das rodovias, considerando os TKUs (tonelada-quilômetro útil) movimentados. No mesmo período, 21,2% das cargas seguiram pelo modal ferroviário, 14,5% por cabotagem. Para se ter uma ideia sobre as condições do modal ferroviário, a Figura 3 mostra como foi sua expansão nos últimos anos.

Figura 3: Expansão dos eixos ferroviários



Fonte: INFRA, 2023

Ampliação da cobertura espacial da malha ferroviária, com foco prioritário nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas, de forma a integrar e adequar a operação, ampliar a capacidade dos corredores de transporte, expandir e modernizar a malha ferroviária, de modo a eliminar gargalos logísticos, diminuir custos operacionais, tempos de deslocamentos, aumentar a segurança do tráfego e minimizar problemas ambientais.

Considerada a espinha dorsal do sistema ferroviário brasileiro, a ferrovia Norte-Sul atravessa as regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Nordeste e conecta os portos de

Itaqui (MA) e Santos, com trilhos operados por três concessionárias tem previsão de sua conclusão até o de 2026. O projeto completo prevê um corredor de 740 km que ligará os municípios de Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Cuiabá, com investimento previsto de R\$ 11,2 bilhões

Os municípios estudados Sinop e Lucas do Rio Verde integram processo logístico aquaviário através da construção de 05 usinas hidrelétrica no rio Teles Pires além de atender as demandas de energia elétrica. A partir desse contexto, a bacia do rio Teles Pires, no norte de Mato Grosso, conta com uma área de drenagem de 141.172km² e uma extensão de aproximadamente 1.482km (BRASIL, 2009), e se destaca como importante bacia hidrográfica a ser explorada. Essa bacia abrange 35 municípios, a maioria deles na região norte de Mato Grosso, e influencia diretamente uma população de aproximadamente 675.000 mil habitantes. Nessa bacia, por meio de estudos já realizados, foi constatado um potencial elétrico de 3.967MW, que pode ser distribuído em cinco usinas hidrelétricas, a saber: UHE Sinop, UHE Colíder, UHE Teles Pires, UHE São Manoel, UHE Foz do Apiacás (BRASIL, EPE, 2008). Há possibilidade segundo estudos do Departamento de Infraestrutura de Transporte (DNIT) da consolidação desse modal possibilitando a redução de custos de fretes e armazenagem, aumentando a circulação de pessoas e cargas, potencializando diversas atividades.

Relacionado à produção agrícola e industrialização, se impõe a ampliação de atividades produtivas urbanas ligadas ao setor secundário e terciário da economia, maximizando não só apenas a produção material, mas também a produção não material. A chegada de novos agentes econômicos associados às redes agroindustriais requer a ampliação e modernização das infraestruturas e equipamentos que darão suporte ao desenvolvimento das atividades e no campo e na cidade, como rodovias; ferrovias; rodoviárias; porto; aeroporto, a existência ou não de distritos industriais, empresas do setor imobiliário, universidade, centros de pesquisas, entre outros. Sendo assim a cidades agrícolas estão em constante mutação afim de atender todos o requisitos desse processo.

A modernização e expansão da agricultura contribuíram também para o processo de urbanização dos Municípios. Elias (2003) afirma que várias cidades se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura moderna, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades. O que Santos (2008) designa como cidades do campo onde não só o campo é dependente da cidade, mas também vice-versa. Conforme coloca Elias (2007, p. 54) que:

As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais exigências, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua localização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna sua gestão, dinamizando o setor terciário e, consequentemente, a economia urbana. Isso evidencia que é na cidade que se realizam a gestão e a normalização das transformações (...) do espaço agrícola.

O processo de crescimento urbano dos Municípios em suas diferentes fases econômicas é possível verificar seu forte atrelamento à distribuição espacial das atividades econômicas de maior importância para a região, ao longo do tempo. Com isso, a cada mudança na sua estrutura produtiva, a morfologia da cidade sofre alterações, definindo-se historicamente os fragmentos que representam o processo desigual como o espaço intra-urbano vem sendo produzido.

A modernização agrícola, além de produzir o êxodo rural, fragmentou e decompôs econômica e socialmente os pequenos produtores agrícolas, condenando-os ao “ciclo da pobreza e da segregação espacial”. A marginalização socioeconômica das populações rurais limitou seu acesso à terra, impelindo-os para os centros urbanos na busca dos meios de sobrevivência.

Nas cidades, a apropriação e o uso do solo estão relacionados diretamente com a questão econômica que irá influenciar na localização e acessibilidade no espaço. Dessa forma, podemos entender como ocorre a construção de espaços segregados nas cidades.

Para Castells (1983, p.181):

A segregação é o resultado da desigual distribuição do produto entre os sujeitos e que irá determinar o produto moradia no espaço. A abordagem de Castells enfatiza a estruturação da sociedade, tanto das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos nesta [...] A sociedade é definida como sendo um sistema de relações entre partes funcionalmente diferenciadas e que estão localizadas territorialmente.

No primeiro momento, o espaço da cidade se apresenta como um conjunto de usos diferenciados da terra “justapostos” entre si, produzindo uma marca de identidade com o local. Observa-se, portanto, na cidade, um complexo uso do espaço intra-urbano: espaços destinados ao comércio e à prestação de serviços, espaços de lazer, centros industriais etc., que caracterizam a fragmentação espacial da cidade. Em contrapartida, essa fragmentação necessita da articulação espacial. Assim, temos um espaço fragmentado e articulado ao mesmo tempo. Essa articulação manifesta-se a partir das relações espaciais, envolvendo a circulação de decisões e de investimento de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda prática do poder e da ideologia (CORRÊA, 1995).

Afirmado por Rodrigues (1998, p. 28):

O urbano capitalista, por sua vez, como um espaço social, é o lócus de produção e circulação intensiva de mercadorias, realização e repartição de mais-valia, manifestação de um modo de vida próprio e da produção ideológica expresso na forma espacial da cidade [...] O conceito de equipamento coletivo corresponde, no saber funcionalista de origem europeia, ao de qualidade de vida urbana, que tem origem recente, englobando aspectos relacionados com o provimento de infraestrutura de lazer, recreação, cultura, com os desgastes e desequilíbrios gerados pela poluição sonora, física e química, com as tensões humanas, sociais e os fenômenos de anomalia e alienação frequentemente [...].

A globalização tem sido acusada pelo aprofundamento das desigualdades e pelas formas de exclusão social que gera. A ideologia neoliberal tem na sua base, que se poderia denominar como darwinismo social, onde vencem apenas os melhores, os mais capazes, isto é, os mais fortes. Ao criar riqueza, promove e espalha a pobreza. A globalização, para além das diferenciações internas, torna assim evidente as disparidades sociais.

5 CONCLUSÕES

As decisões e mudanças não dependem somente da vontade do indivíduo, nem é resultado de uma determinação maior, mas vão sendo construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de um todo. No contexto específico da problemática ambiental, interdependência e equilíbrio de tensões são processos cíclicos e muito

dinâmicos em que o coletivo e indivíduo procuram sobrepor suas visões e seus interesses a de outros grupos com os quais mantêm uma interdependência recíproca seja na definição das prioridades de ação, no conteúdo das políticas públicas.

O pensamento liberal assume uma finalidade prática: fazer o sujeito se enxergar como espectador da realidade, ocultando as origens das mazelas sociais (MESZÁROS, 2006). Igualmente, direcionar para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem; logo, são taxados como a “escória da humanidade”. Em outras palavras, é o sujeito sem renda e sem propriedade o culpado pela desigualdade social.

O pobre, assim, é visto por essa mesma sociedade capitalista, que reifica as relações humanas e mercantiliza todas as esferas da vida cotidiana, como um perdedor, um ser desvalorizado socialmente, desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro (FREIRE, 1989; GUARESCHI, 2005). Essa análise do segmento mais pobre da população reflete uma visão condicionada pelos traços mais marcantes da ideologia burguesa, difundidos largamente na sociedade (pela televisão, pelos programas assistenciais, escolas, etc.), tais como: (a) culpar os indivíduos pelos seus fracassos (quando a sociedade justifica o fracasso por uma suposta deficiência moral que está presente, por excelência, nas famílias mais pobres); (b) discurso da competência (no caso de o pobre ser considerado, por natureza, um indivíduo menos competente do que o rico, no que diz respeito à obtenção de um determinado padrão de vida) e (c) associação da pobreza com a violência (o pobre como ser essencialmente rude, bruto e violento) (COSTA, 2005).

Poderia, nesse contexto, propalar que a exclusão social é uma condição da realidade urbana (prática), talvez seja mais facilmente identificável do que propriamente dito. Enquanto conceito (ideologia), não seria insólito encontrar na literatura técnico-acadêmica uma estreita vinculação entre os conceitos de exclusão social, pobreza e segregação urbana, sendo apresentados como sinônimos. Os termos exclusão e pobreza parecem torná-los intimamente ligados. O mesmo fenômeno, porém, não acontece com a ideia de segregação, que pode apresentar-se sob várias formas, podendo significar segregação urbana, residencial (loteamentos fechados), espacial, separação de classes, etnias, nacionalidades, entre outras, cabendo relativizações, as quais podem gerar imprecisões conceituais.

O território urbano é comumente estruturado no binômio acumulação e miséria, ocasionados em razão dos incentivos do Estado ao capital industrial e da regulação imobiliária. Essa diáde repete-se nas cidades brasileiras e não seria diferente nos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde. Igualmente, o urbano se reproduz geralmente por meio de áreas centrais remodeladas e bem assistidas no tocante à infraestrutura urbana ao lado de periferias marginais, dependentes, improvisadas, carentes dos mais diversos bens e serviços de consumo coletivo. Nesse caso, identificam-se dois modelos de segregação: a voluntária e a involuntária. A voluntária se dá quando o indivíduo vai habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando forças externas obrigam o indivíduo a habitar ou a deslocar-se de determinados espaços.

Porém não se pode esquecer que as políticas macroeconômicas e agrícolas em uma sociedade com economia cada vez mais integrada e urbanizada tal qual a dos municípios estudados, tendem a ser cada vez menos identificados como problemas rurais e não se resolvem apenas no campo ou na cidade. Isso implica que a progressiva reconversão da agricultura brasileira não poderá se efetivar de forma independente da matriz global do desenvolvimento. Resulta daí que qualquer projeto desenvolvimento para o conjunto não terá vigência nem se consolidará sem que se inicie desde logo, um processo orientado de ajustamento das políticas macroeconômicas e agrícolas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza., Ed. Elefante, 2018.

Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade espacial da população**: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias (Org.) Explorações geo

BOURDIEU, P. **O campo simbólico**: a dominação simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CAPRA, Fritjof . **Sabedoria Incomum**. São Paulo: Cultrix, 1991. CAPRA, Fritjof. A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995

COSTA, G. M. **Trabalho, individualidade e pessoa humana**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. 2005.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Empresa de Pesquisa Energética (Brasil). **Balanco Energético Nacional 2008**: Ano base 2007 / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: EPE, 2008.

FREIRE, P (1989). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 1921 **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido Notas: Ana Maria Araújo Freire, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**, São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Celso. **Os desafios da nova geração**. Revista de Economia Política 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004

GUARESCHI, P. A. (2005). **Psicologia social** como prática de libertação. (3ª ed.). Porto Alegre: Edipucrs.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização e multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ANPUR, v. 3, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MORIN, E. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHNITMAND, D. Novos paradigmas, cultura esubjetividade. Porto Alegre: Artmed, 1996.

PASSOS, Messias M A. **urbanização da fronteira agrícola na Amazônia Matrossense**. Cadernos de Geografia, n. 17. Coimbra, F. L. U. C., 1998. p. 175-178.

Pesquisa CNT perfil empresarial 2021: **transporte rodoviário de cargas**. – Brasília: CNT, 2022. 123 p. : gráficos. ISBN 978-85-68865-02-6

RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade, Unidos na Condição**: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, S. **Área de cultivo de soja na Amazônia quadruplicou desde 2006**. O Eco, 10 jan. 2018. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/noticias/area-de-cultivo-de-soja-na-amazonia-quadruplicou-desde-2006/>>. Acesso em 12 jul. 2021.

SANTOS, M. SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro & São Paulo: Ed. Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SILVA, E. A.; COSTA, M. C. A; PEDROZO, E. A.; SILVA, T.N. O desenvolvimento em três movimentos: uma discussão sobre os recursos de uso comum na Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.13, n.4, 202.



■ TEMA DO EVENTO:

**DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS
AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA**



22 | 23 | 24
NOVEMBRO



VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.